

IGNÁCIO RANGEL: O GRANDE TEÓRICO DO DUALISMO NO BRASIL

Arissane Dâmaso Fernandes

Resumo: O objetivo central desse artigo é retomar a teoria da dualidade básica da economia brasileira desenvolvida por Ignácio Rangel. Pretende-se destacar o contexto em que tal análise emergiu e sobretudo a perspectiva de realidade brasileira que essa teoria desenvolve a fim de demonstrar as bases do modelo teórico rangeliano acerca da dualidade, o que o faz o grande representante dessa teoria no Brasil.

Palavras-chave: economia brasileira, teoria dualista, Ignácio Rangel

1-Introdução:

Esse texto é parte dos estudos realizados para a tese de doutorado em história da Universidade Federal de Goiás, que deverá ser defendida até o ano de 2011.

A análise a ser desenvolvida parte da constatação de que apesar de sua grande contribuição para uma maior compreensão da economia e sociedade brasileiras entre as décadas de 1950 e 1980, as obras de Ignácio Rangel são pouco conhecidas estando praticamente restritas ao domínio dos economistas.

Ao lado de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, Rangel é considerado um dos patronos da economia brasileira, mas ao contrário daqueles as suas obras permanecem pouco lidas nos meios acadêmicos, e quando o são geralmente ficam reduzidas à teoria da dualidade, uma das grandes contribuições do autor para uma análise econômica da história do Brasil.

Considerando essa realidade a intenção desse estudo é realizar uma análise da teoria rangeliana a partir de uma perspectiva histórica, ou seja, que considere o contexto histórico em que as obras de Rangel emergem (e a visão de Brasil que essas obras apresentam) e sobretudo as influências institucionais presentes nas análises desse economista, mais notadamente da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

De forma bastante resumida, a carreira desse economista foi marcada por sua filiação ao PCB, nos anos de 1930, do qual fora se afastando à medida em que cresciam as divergências ideológicas entre ambos, sobretudo no que se refere à idéia defendida pelo partido de que a

industrialização seria impossibilitada sem a realização de reforma agrária (ESPÍNDOLA; BASTOS, 1999).

Na década de 1950 tornou-se assessor do governo Vargas, tendo sido responsável dentre outras coisas pela criação da Eletrobrás. Nessa mesma década fez pós-graduação na CEPAL, quando desenvolveu a teoria dualidade brasileira, publicada em 1957 sob o título *Dualidade Básica da Economia Brasileira*.

E por fim, integrou o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) desde os primeiros anos de sua criação até o final a dos anos de 1980, mesmo depois de sua aposentadoria.

Nesse sentido, fica evidente que para além da teoria da dualidade, da qual se considera Rangel o representante maior, a importância desse autor está também no fato de ele ter ocupado diversos cargos públicos a partir do governo Vargas, propondo vários projetos de caráter desenvolvimentista, como o da Petrobrás ao final dos anos 1940.

Assim, as análises feitas pelo economista em questão em grande medida se confundem com a própria história do país, uma vez que a frente de cargos públicos ele intencionava ver colocadas em prática as suas idéias, de caráter notadamente político e justamente por isso merecem ser retomadas e discutidas a partir de um ponto de vista histórico.

Para os fins desse artigo será retomada a teoria da dualidade, da qual Rangel é o grande representante.

2- Contextualizando o debate sobre as estruturas econômicas do Brasil (1950-1970):

A teoria da dualidade fora introduzida no Brasil a partir dos franceses Jacques Lambert e Roger Bastide. Lambert afirma por exemplo que a economia dualista, ou a estrutura social dualista não é uma característica peculiar à realidade brasileira, mas está presente em todos os países desigualmente desenvolvidos. Mas esse contraste é particularmente acentuado pela imensidão

territorial (dificuldades de comunicação) que dificulta a difusão de novos traços culturais e obstaculiza a passagem à uma nova sociedade (LAMBERT, 1969, p.106)

De forma simplificada a dualidade estaria presente na oposição entre duas estruturas: interior estático (representado pelo latifúndio) x litoral dinâmico (indústrias), desigualdades resultantes de uma história de colonização. É essa a visão apresentada também por Ignácio Rangel em sua teoria da dualidade básica da economia brasileira, como será demonstrado a diante.

Mas deve-se destacar, tal como o faz Gonçalves Neto (1997, pp. 56-57), que para Lambert, diferente de alguns dualistas como por exemplo Celso Furtado e o próprio Rangel, a idéia de que deveria haver reformas para a modificação das estruturas consideradas arcaicas ficava em segundo plano. Ele afirmava que a integração dos lados arcaico e moderno acabariam por desencadear, espontaneamente, a desintegração do latifúndio.

É questionável o fato de que essa análise da realidade brasileira, e dos denominados países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, se dê a partir de uma perspectiva externa, ou seja, européia. Visões de mundo que acabaram por ser bem aceitas durante muito tempo no Brasil.

Nesse sentido é importante compreender o contexto em que tais discussões emergiram. Trata-se do período pós-Segunda Guerra, quando a questão da planificação da economia passa a ser vista como algo fundamental para garantir a “sobrevivência” de uma nação. Era o contexto da guerra fria e da descolonização, momento de confronto entre capitalismo e comunismo.

Naquele período, após o controle da recessão (sobretudo através de políticas de repressão à classe operária e de estímulos ao consumo interno) a prosperidade norte-americana difundiu um certo otimismo no Ocidente e novos hábitos a serem seguidos (o "american way of life").

Emergia o que se denomina de “sociedade de massa”, uma referência à produção em massa de bens de consumo, base do crescimento econômico dos EUA a partir daquele período. Esse novo estilo de vida, que representava a grande estratégia de reconstrução do capitalismo, teve grande repercussão também no Brasil, e ao longo da década de 1950, resultaram em mudanças de hábitos de consumo (o que em princípio se restringiu aos centros urbanos).

Os estímulos ao “novo” não se restringiram ao consumo e acabaram impulsionando alguns movimentos no campo artístico. São os chamados “anos dourados”, demonstrativo de um período de mudanças econômicas e culturais que se inserem num contexto de intensas modificações no âmbito internacional e que acabaram por suscitar debates em torno das regiões ditas subdesenvolvidas.

Após a referida guerra, foram criadas instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, originalmente criado para prover fundos para a reconstrução de países devastados pela guerra e posteriormente, tal como ainda o é, o financiamento ao “desenvolvimento”.

Foi com base em todas essas questões que se desenvolveu a teoria estruturalista nos anos 1950. Segundo essa abordagem a economia dos países em desenvolvimento seguiria rumos diferentes das economias centrais, justamente por possuírem especificidades estruturais e portanto, problemas que lhes seriam particulares.

Assim além de reafirmar a teoria do dualismo, já destacada, os estruturalistas enfatizavam a noção de que as estruturas das economias subdesenvolvidas possuíam particularidades que as distinguiam da realidade européia, sobretudo nas etapas de seu “desenvolvimento”¹.

Dentre os grandes nomes do estruturalismo na América Latina está Raul Prebisch, que à frente da CEPAL, da qual Rangel também participou, desenvolveu estudos cuja tônica era a defesa de um desenvolvimento autônomo, liderado por um Estado forte que conduzisse a industrialização (através do modelo de substituição de importações).

Nesse contexto, marcado por um debate internacional centrado no reerguimento da economia mundial, é que foi criado também, mais especificamente em 1952, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (inicialmente, e até os anos 1980, denominado de BNDE). Basicamente caberia a essa instituição a elaboração de projetos de desenvolvimento econômico, e o fornecimento de crédito para financiar projetos de longo prazo, algo que o sistema financeiro nacional não realizava à época².

Houve também a formação de um Grupo Misto de Estudos BNDES/ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) cujo objetivo central era realizar estudos sobre a economia brasileira que possibilitassem ações efetivas de intervenção nessa realidade. Nessa perspectiva regiões como o Brasil, consideradas subdesenvolvidas, deveriam ter sua realidade modificada através de políticas planejadas que superassem o “atraso” em que se encontravam.

Percebe-se então que as décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram marcadas por um debate em torno dos rumos que o desenvolvimento econômico deveria tomar, a fim de que as condições de

¹ - Daí a utilização do termo “dual-estruturalista” como forma de caracterizar a teoria desenvolvida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), ou seja, a junção de ideais dualistas com a teoria estruturalista.

² - A esse respeito, bem como a história de BNDES de maneira geral, consultar “BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais”, disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livsetorial.asp>

atraso fossem superadas³. Nessa discussão os estrutural-dualistas defendiam que a estrutura fundiária, e com ela o *arcaísmo* das forças produtivas, eram o grande obstáculo ao desenvolvimento econômico do país. Defendiam portanto a necessidade de reforma agrária a fim de que essa situação fosse modificada. Dentre os representantes desse grupo estavam Celso Furtado, Paul Singer e Ignácio Rangel.

Em contrapartida, os conservadores defendiam que mais do que uma redistribuição de terras havia a necessidade de aumentar a produtividade no campo mediante a incorporação de modernas tecnologias.

Dentre seus representantes destacavam-se Antônio Delfim Neto, Ruy Muller Paiva e Pereira de Carvalho. Estes refutam a idéia de um crescimento econômico barrado pelo desempenho da agricultura brasileira, afirmando somente a necessidade de otimizar as condições de produção no setor agrícola. Tais colocações resultaram na efetivação do denominado processo de modernização da agricultura brasileira.

Ainda no que se refere às discussões em torno do desenvolvimento brasileiro destaca-se também o papel desempenhado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado em meados dos anos 1950. À frente desse grupo estava o cientista político Helio Jaguaribe, acompanhado por Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel, dentre outros, fortemente influenciados pelo pensamento da CEPAL.

Segundo afirma Bresser-Pereira (2004, p.8):

“no pensamento do ISEB havia um conceito de desenvolvimento que tomava emprestadas idéias de Marx, de Schumpeter, e do estruturalismo latino-americano de Raul Prebisch e Celso Furtado, sem, entretanto, preocupar-se em ser fiel a qualquer uma destas visões. Para o ISEB, como para a CEPAL, o desenvolvimento era industrialização, mas, mais do que isto, era o processo através do qual o país realizava sua revolução capitalista”⁴.

³ - Esse debate político dos anos 1950/1960 pode ser visto de maneira bem detalhada em: GONÇALVES NETO, 1997, pp.51-95.

⁴ - No que se refere ao referencial teórico adotado por Ignácio Rangel, conforme pode ser visto em “Dualidade Básica da Economia Brasileira” (p.289), ele considerava o marxismo e o keynesianismo como as correntes que predominavam no campo da economia política, e por isso mesmo, as grandes influências teóricas das suas obras.

Grande parte dessa teoria pode ser visualizada nas obras de Rangel, como por exemplo a defesa do planejamento como via para se alcançar um desenvolvimento econômico autônomo a partir da industrialização.

Além disso, em concordância com a teoria do ISEB e da CEPAL, a análise rangeliana parte do princípio de que a industrialização deveria se dar com base no nacionalismo, ou seja, caberia ao Estado proteger (criando subsídios) a indústria nacional diante da concorrência estrangeira. Daí a defesa da industrialização pautada no processo de substituição de importações, a fim de que pudesse ser consolidada a revolução nacional, tal como apontam os princípios marxistas.

Tais ideais nacionalistas acabam parecendo um pouco contraditórias na abordagem rangeliana, já que dentro das estruturas da sociedade brasileira, apresentadas em sua teoria da dualidade brasileira, o pólo externo (das relações com o comércio exterior) é apontado sempre como o mais “desenvolvido” em oposição ao pólo interno.

Trata-se na verdade de um nacionalismo que reconhecia uma certa superioridade estrangeira mas que propunha soluções, em sua teoria política, para que a economia e sociedade brasileiras “avançassem”.

O que se deve destacar é que a grande diferença da análise desenvolvida por Rangel está em seu modelo teórico detalhado acerca das dualidades existentes na economia brasileira. Isso porque ele foi sem dúvida o estudioso brasileiro que mais se aplicou a demonstrar um modelo teórico explicativo da realidade brasileira, pautado na dualidade.

Esse esquema aponta para a complexidade da economia nacional visando inclusive prever algumas de suas crises, já que eram cíclicas⁵, e apontar algumas soluções possíveis. É justamente isso que o torna o grande teórico do dualismo no Brasil. Sua originalidade está, conforme reconhece o próprio autor (Rangel, 2005 b, p.637), no que a princípio ele chamou de “duplicidade” e depois de “dualidade básica da economia brasileira”, título da sua primeira obra (1953).

3- O dualismo básico da economia brasileira por Ignácio Rangel:

⁵ - O aspecto cíclico da economia é a grande influência de Jhon M. Keynes, considerado o pai da macroeconomia, para a teoria rangeliana. Foi com base na teoria keynesiana que Rangel desenvolveu a idéia de que a inflação seria uma das grandes defesas para a instabilidade da economia brasileira. Mas com o irreversível aumento da dívida externa sobretudo a partir dos anos 1980, as crises da economia brasileira se tornaram cada vez mais difíceis de se prever, como bem destaca Bresser-Pereira (2004, pp.19-21).

Já no prefácio de “Dualidade Básica da Economia Brasileira” (1953) (Rangel, 2005, p.286), o autor esclarece que o conceito de dualidade da economia brasileira, e das economias latino-americanas em geral, não se tratava de uma novidade. Entretanto, o que o intrigava (e por isso se tornou o objetivo central de sua obra) era a importação de algumas teorias sem analisar a sua adequação à realidade nacional, a qual se buscava compreender. Eis aí uma das grandes marcas dos anos 1950, ou seja, um grande empenho dos teóricos brasileiros em criar instrumental analítico próprio para se compreender a economia latino-americana. (MANTEGA, 1997, pp.4-5)

O Brasil apresentado por Rangel é visto como uma economia complementar às economias mais desenvolvidas, sendo composto por três níveis econômicos distintos, o que o autor denomina de *strata*⁶. São eles:

- 1- economia natural – se refere a uma produção que seria consumida pelo próprio produtor;
- 2- economia de mercado – semelhante ao capitalismo europeu do século XIX;
- 3- economia de monopólio – se aproxima do capitalismo moderno

Em resumo, essa teoria afirma que em termos econômicos coexistiam no Brasil estruturas remanescentes da Idade Média (resquícios feudais que permaneceram após a passagem das fazendas de escravos para os latifúndios) e características da Idade Moderna, que precisavam ser afirmadas.

Eis aí, segundo o autor, um dos grandes problemas que urgia ser resolvido: a passagem do nível 1 (da economia natural) para o nível 2 (economia de mercado). Mais simplificada, era mister que o país saísse de vez da Idade Média e consolidasse a Idade Moderna em suas estruturas, a fim de que um dia chegasse de fato à modernidade⁷.

⁶ - A tese dos 3 níveis (*strata*) econômicos distintos que coexistem na economia brasileira foi desenvolvida em: “Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)”, p.147 e pode ser igualmente visualizada em “Desenvolvimento e Projeto” (p.213) e “Dualidade Básica da Economia Brasileira”(pp.305-307). Mas somente nessa última é que foi apresentada a questão das dualidades, ou seja, a idéia de que essas três formações se opõem duas a duas, dando origem a duas dualidades diferentes (stratas: 1/2, 2/3). O desenvolvimento estaria na segunda dualidade: a passagem da economia de mercado para o comércio externo

⁷ - Deve-se destacar que na obra “O Desenvolvimento Econômico no Brasil” a questão da dualidade (para qual inicialmente o autor utilizou o termo “duplicidade”) foi apontada de forma mais superficial, ao afirmar os dois níveis em que se estruturava a economia brasileira: internamente – produção voltada para o mercado interno é uma economia pouco desenvolvida; mas em suas condições externas (comércio exterior) estava ligada a economia mundial, pautada no capitalismo moderno. Em resumo, tratava-se de um capitalismo incipiente.

Era necessário acabar com os resquícios feudais que ainda permaneciam no país na forma de latifúndios, uma empresa comercial semelhante a fazenda de escravos, afirma o Rangel. A semelhança estaria no fato de o latifúndio (forma assumida pelo feudalismo após as fazendas de escravos) possuir um regime de trabalho semelhante aos feudos, ou seja, em ambos, grande parte da produção era destinada ao proprietário da terra (num primeiro momento o senhor feudal e posteriormente o fazendeiro).

Mas para muito além de uma preocupação com a exploração que esses camponeses sofriam nesse regime de trabalho, a teoria rangeliana demonstra que tal regime impediria a consolidação do capitalismo moderno no país. Isso se dava pelo fato de existir uma produção de “produtos não agrícolas” por parte desses camponeses, ou simplificada trabalhadores (e habitantes) do campo.

Assim, por não possuírem uma remuneração que os possibilitasse a comprar alguns produtos os próprios camponeses os produziam, já que a produção agrícola (por suas características naturais) não consumia todo o tempo de trabalho desse trabalhador rural. Desse modo eles poderiam se dedicar à produção de bens não-agrícolas ou à atividades extra-agrícolas, como casas, moinhos, etc.. (RANGEL, 2005, p.152)

Para Rangel, assim como para o ISEB e para a CEPAL (conforme já destacado), a idéia de desenvolvimento estava associada à industrialização. Seria necessário portanto que os fatores (capital e trabalho) existentes no setor agrícola, mas utilizados com baixa rentabilidade nas “atividades de transformação” realizadas na fazenda, fossem dinamizados. Assim é que o setor manufatureiro, com base na substituição de importações no caso brasileiro, poderia impulsionar a economia a partir do aumento da produtividade, e conseqüentemente da oferta.

Diante dessa complexidade estrutural fazia-se necessário compreender como as leis econômicas de todas as etapas do desenvolvimento agiam umas sobre as outras, já que se associavam comunismo primitivo, feudalismo e capitalismo em todas as suas etapas, além de um capitalismo de Estado, muito semelhante ao socialismo (Rangel 2005, p.239). Essas leis se influenciavam mutuamente e estavam em constante conflito, numa unidade dialética cujo resultado era uma economia peculiar.

Somente em “Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)”, “Desenvolvimento e Projeto” (p.213) “Dualidade Básica da Economia Brasileira” e nos artigos “A dinâmica da dualidade brasileira (1962)”, “A quarta dualidade (1980)”, “A história da dualidade brasileira (1981)” e “Dualidade e ciclo longo (1984)” é que a teoria da dualidade é apresentada de forma mais sistematizada.

Por conta dessa complexidade de modos de produção que se conflitavam é que o referido economista afirma o dualismo enquanto a grande marca do Brasil (Rangel, 2005, p.286): “(...) todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza, e se nos figuram coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, respectivamente”.

Assim, como alguém que prezava tanto a teoria política (que resultasse em possibilidade de ação), bem como o planejamento econômico, a importância da teoria da dualidade da economia brasileira estava justamente em demonstrar as consideradas peculiaridades dessa realidade enquanto uma pré-condição para a ação. Não era simplesmente a importação de modelos a serem aplicados numa realidade adversa, mas a necessidade de se conhecer essa realidade para só então nela intervir.

A complexidade do caso brasileiro estaria no fato de essa ser uma formação econômica marcada por estruturas antigas e modernas ao mesmo tempo, conforme já delineado. Para uma realidade como essa, todas as leis da economia podem ser válidas. Mas por outro lado, as chamadas “leis clássicas da economia” não poderiam explicar o caso brasileiro, marcado por leis de natureza diferente, mesclada pela pequena produção de mercadorias, associada a uma produção capitalista nacional e internacional.

A questão da dualidade ficava então simplificada pelo autor (Rangel, 2005, p.298): “A economia brasileira [enquanto economia complementar à européia] se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção [formações em constante conflito]”.

O que realmente complexifica esse quadro é o fato de que cada um desses pólos (interno e externo) também constitui uma dualidade. Assim, são 4 grupos de relações de produção que se agrupam de duas a duas e se modificam conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa maneira cada dualidade possui dois pólos e cada um desses pólos possui dois lados, formando outra dualidade, conforme demonstra o quadro abaixo⁸:

Quadro 1

DUALIDADES BRASILEIRAS:

⁸ - Quadro pautado no artigo “A história da dualidade brasileira” (Rangel, 2005 b, pp.655-685)

Dualidade:	Pólo Interno:	Pólo Externo:
Primeira	Lado interno: escravismo Lado externo: feudalismo	Lado interno: capitalismo mercantil Lado externo: capitalismo industrial
Segunda	Lado interno: feudalismo Lado externo: capitalismo mercantil	Lado interno: capitalismo mercantil Lado externo: capitalismo industrial
Terceira	Lado interno: feudalismo Lado externo: capitalismo mercantil	Lado interno: capitalismo industrial Lado externo: capitalismo financeiro
Quarta	Lado interno: semi-salariato (bóias-frias, etc...) Lado externo: semicapitalismo rural	Lado interno: capitalismo industrial Lado externo: capitalismo financeiro

A partir desse quadro percebe-se mais nitidamente as leis que regem as dualidades brasileiras, ou seja (RANGEL, 2005, PP.634-636):

1ª lei da dualidade brasileira: pólo interno e externo da dualidade se modificam alternadamente;

2ª lei- essa mudança nas relações de produção nos pólos é apenas parcial e sempre há transferência para o lado interno das relações de produção antes vigentes no lado externo.

3ª lei – a mudança em algum dos pólos ocorre quando o modo de produção passa do lado externo ao lado interno;

4ª lei – quando há mudança no pólo, o lado externo muda também para um modo de produção mais avançado, formando novo conflito com o lado interno recém-estabelecido;

5ª lei – mudanças da dualidade brasileira (por sua posição periférica) resultam de mudanças ocorridas no centro dinâmico da economia.

Assim, as mudanças na economia, e sociedade brasileira em geral, seriam sempre parciais, como demonstra Rangel (2005 b, p.556): “este tem sido um traço característico de todas as revoluções brasileiras; a mudança de apenas um dos pólos da dualidade, que transforma o regime, ora por suas relações externas, ora, como no exemplo citado [dualidade no Império], por suas relações internas”.

Nesse aspecto, a Abertura dos Portos e a Independência constituíram uma “meia revolução”, pois modificaram somente as relações externas de produção. A abolição da escravidão e a proclamação da República completaram a outra metade da revolução por terem alterado as relações internas de produção, essa seria nos dizeres do autor “a versão brasileira da revolução democrático-burguesa na Europa”.

Essa dualidade, enquanto essência da sociedade brasileira permeia também, segundo a teoria rangeliana, as relações políticas. Daí uma das manifestações do conservadorismo brasileiro, presente no fato de que sempre há, nessa perspectiva, parte do grupo antes dominante no poder, na condição de sócio menor que negocia um novo pacto de poder com o antigo sócio menor que por fim se tornou sócio maior.

Simplificadamente trata-se de um poder político exercido por duas classes dirigentes, numa realidade em constante transição de um regime para outro. A resolução da dualidade estaria na aproximação de seus dois pólos (interno e externo), pondo fim assim ao *atraso*.

Nesse sentido “a transição [de um regime para outro] se faz por cooptação, isto é, pela exclusão, pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais, em ascensão (Rangel, 2005b, p.554)”, um constante conflito entre as forças retrógradas e as forças avançadas no qual a disputa pelo poder se dá dentro do grupo dominante (que se desintegra formando subgrupos *arcaicos e modernos*).

A revolução de 1930 se insere nesse processo, configurando portanto um novo pacto de poder, entre industriais (grupo em ascensão naquele período) e latifundiários feudais (fornecedores de mão-de-obra e geradores de expansão do mercado consumidor). Assim os industriais emergiram da classe dos antigos comerciantes, que se tornaram a parte mais arcaica dessa estrutura.

Assim é o processo de expansão das forças produtivas no Brasil: “a opção final tende sempre a ser feita pela ordem de interesses representativa das relações de produção mais avançadas” (Rangel, 2005 b, p.640), que no caso brasileiro são as relações de produção externas.

Dessa maneira, a nova classe dirigente seria sempre uma parte da classe hegemônica que se dividiu em interesses diferentes (inconciliáveis) quanto às forças produtivas, configurando então o conservadorismo da sociedade brasileira, conforme já destacado.

O desenvolvimento das forças produtivas é portanto a base dessas mudanças, alterando a dualidade e conseqüentemente o pacto de poder, a partir de uma relação direta com os ciclos de Kondratiev (longos, especificamente em suas fases B), como ficará demonstrado no quadro das dualidades adiante.

Nesse sentido, a teoria rangeliana demonstra portanto que a dualidade permeia todos os níveis da sociedade brasileira, tornando-se a marca da história do país, a qual pode ser visualizada desde a chegada dos portugueses ao Brasil (Rangel, 2005 b, p. 552). Retomemos então o início desse processo:

- **Os primórdios da Dualidade Brasileira:**

Conforme a teoria da dualidade a gênese da questão está no fato de que o Brasil é um país de economia complementar, ou periférica, que por isso mesmo tem que se ajustar a uma economia externa diferente da sua. E posteriormente, com o processo de independência (e a formação do capital mercantil nacional), caberia ao Estado conciliar duas economias heterogêneas, a externa e a interna.

O início desse processo poderia ser observado já com a “descoberta” do Brasil, momento em que houve o contato entre comunismo primitivo (índios) e o capitalismo mercantil (europeu), resultando numa formação dual, arcaica (internamente) e moderna (externamente) ao mesmo tempo. Era a formação da “união dialética de contrários” que se tornaria daí em diante a essência da sociedade brasileira.

Esse contato do Brasil com a Europa consolidou o feudalismo em seu pólo externo o que poderia, segundo a teoria da dualidade, ser comprovado juridicamente, já que posse e propriedade eram tratadas de forma bem distintas e toda a terra pertencia ao rei (princípio feudal).

No período imperial essa dualidade permaneceu nas relações de produção, representadas por senhores de escravos e comerciantes exportadores (empresários capitalistas). O escravismo, por

uma *decisão empresarial*, foi sendo gradativamente substituído pela parceria feudal (marca do latifúndio). Assim, a classe dominante se desdobrou em duas: escravistas e latifundiários.

Isso se deu, segundo o autor (Rangel, 2005 b, pp. 554, 555), porque os antigos membros do grupo dominante que não poderiam passar a realizar a parceria feudal sem ter prejuízos não puderam abandonar o modo de produção escravista, sendo afastados do poder político.

Após a independência a dualidade permanecia, mas na forma escravista (interna) -comercial (externa), que posteriormente passaria à forma escravismo-feudalismo, seguindo as mudanças demonstradas no quadro 1.

Fica nítido a partir das questões até aqui apresentadas, que a formulação desse esquema teórico tem como base a aplicação do marxismo como instrumento de compreensão da realidade brasileira, a partir justamente da teoria da dualidade (configurada com base no materialismo histórico e dialético).

Desse modo, partindo do pressuposto de Marx de que o capitalismo nasce na sociedade feudal -coexistindo com relações de produção não-capitalistas e originando formações complexas – Rangel desenvolve um modelo teórico explicativo para todos os modos de produção. No caso brasileiro, uma nova dualidade toma o lugar da outra, configurando uma realidade marcada por sucessivas dualidades⁹.

A idéia central da dualidade é que no Brasil “havia-se criado condições para o aparecimento de modos de produção, sucedendo-se historicamente, mas todos caracterizados pela coexistência de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção (...)”, constituindo uma união dialética (RANGEL, 2005 b, p.633).

Fica assim definido portanto o quadro das dualidades brasileiras de forma mais clara:¹⁰

1ª Dualidade: fase A: 1790-1815

fase B: 1815-1847

Sócio maior: senhores de escravos (pólo interno)

Sócio menor: burguesia comerciante (pólo externo)

⁹ - A aplicação do referencial teórico marxista para a teoria da dualidade básica da economia está mais detalhadamente demonstrado em *Dualidade e “Escravidismo Colonial”*.

¹⁰ - As dualidades nacionais são mais bem discutidas por Rangel no artigo “A problemática política do Brasil Contemporâneo” (pp. 638-641)

Principal característica: A repressão ao tráfico de escravos marcou a passagem do escravismo ao feudalismo, assim como a lei de terras que forçou os antigos escravos a se tornarem servos.

Senhores de escravos tendiam a se converter em comerciantes.

A fase B (de recessão) levou a uma diversificação das atividades produtivas.

2ª Dualidade – fase A: 1847-1873

fase B: 1873-1896

Sócio maior: burguesia comerciante (pólo externo)

Sócio menor: fazendeiros comerciantes-“coronéis” (pólo interno)

Principal característica: Chegada direta (e não apenas no pólo externo, como na dualidade anterior) do capitalismo à fazenda.

A fase B levou a uma diversificação da produção através do desenvolvimento de atividades artesanais (“pequena produção de mercadorias”), que caracteriza a passagem da antiga fazenda de escravos ao latifúndio feudal-mercantil.

3ª Dualidade – fase A: 1896-1920

fase B: 1920-1948

Sócio maior- fazendeiros comerciantes (pólo interno)

Sócio menor- burguesia industrial nascente (pólo externo)

Principais características: troca de hegemonia no plano externo: capital financeiro inglês substituído pelo norte-americano. Outra particularidade foi a permanência do processo de substituição de importações na fase A da 4ª dualidade, já que essa era uma marca das fases B.

A fase B, período da Grande Depressão, levou à consolidação da industrialização brasileira, e com ela consolidam-se também ciclos próprios da economia nacional, ciclos juglarianos, ou seja, ciclos mais curtos da economia com a duração de cerca de 10 anos, havendo uma fase de ascensão (em média de 5 anos) e uma fase de recessão (igualmente com a duração de cerca de 5 anos).

4ª Dualidade: fase A(1958-73)

fase B (1973-88)¹¹

Sócio menor: nova burguesia rural (pólo interno)

Sócio maior: burguesia industrial (pólo externo)

Principais características: 1-A substituição de importações foi intensificada pela crise do comércio exterior mediante o endividamento externo.

2- A mecanização do campo a qual poupa mão-de-obra, deixava um “exército de desempregados” e por isso mesmo, a questão agrária foi apontada como o problema mais grave no período da quarta dualidade.

3- Outra característica apontada nessa dualidade era a aproximação dos dois pólos no que se refere aos modos de produção, prenunciando o fim do fenômeno da dualidade (RANGEL, 205 b, p.685)

A partir desse “resumo” pode-se visualizar as leis da dualidade brasileira, ou seja, a mudança alternada dos integrantes do poder, num movimento em que a classe detentora do poder no pólo externo passaria ao pólo interno na dualidade seguinte, permanecendo no poder a classe “mais antiga”.

Além disso, as fases B marcam as mudanças institucionais, como resultado do esforço das economias periféricas em se manter quando a demanda exterior entrava em queda devido ao período de recessão das economias centrais. A reação do país aos ciclos longos seria a seguinte: fases A (ascensão)- produção de excedentes exportáveis, fases B (recessão)- substituição de importações.

Não coincidentemente, segundo Rangel é que os principais acontecimentos da história brasileira se deram nas fases B dos ciclos longos, quando haveria possibilidades de inversão e as instituições poderiam ser colocadas à prova, já que muitas vezes essas não acompanhavam o desenvolvimento das forças produtivas da fase anterior (período de ascensão econômica). São elas: Independência, República e Revolução de 1930, ocorridas na fase B da primeira, segunda e terceira dualidades, respectivamente. (RANGEL, 2005 b, p.665)

¹¹ - Foi somente no artigo “O quarto ciclo de Kondratiev”, publicado na Revista de Economia Política, em 1990, que Rangel demarca a data final do fase B da 4ª dualidade. Até então essa data era representada através de um ponto de interrogação, obviamente por ser ainda desconhecida, como se observa na obra “Ciclo, tecnologia e crescimento” (1982)

Os movimentos da economia brasileira se definiam portanto em processos cíclicos, conforme a influência do centro dinâmico da economia (países centrais), em que se davam as mudanças nos modos de produção das dualidades, seguindo as leis já apresentadas.

A partir da terceira dualidade a influência das economias centrais permanece mas com uma diferença, a criação da indústria nacional criaria ciclos próprios (ciclos de Juglar) com duração média (cerca de 10 anos), “acelerando” assim o processo de mudanças na economia nacional.

Por fim, a quarta dualidade apresentou uma aproximação das relações de produção nos pólos interno e externo o que significa um prenúncio do fim da dualidade brasileira, já que esse ocorreria com justamente a aproximação desses pólos.

- **O final do processo:**

Conforme já destacado, Rangel desenvolveu uma análise marxista da economia brasileira, vista sob o prisma do materialismo histórico e dialético. Uma realidade marcada por conflitos entre modos de produção distintos que se desenvolviam em movimentos cíclicos (influência keynesiana), constituídos por fases de expansão (fase A) e fases de retração da economia (fase B).

De Marx ele adotou também o princípio de que uma formação social não desaparece até que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela possa conter, e as novas relações de produção têm suas condições materiais instaladas ainda na antiga sociedade (BRESSER – PEREIRA; RÊGO, 1993, p. 108).

Com base nesse referencial a teoria da dualidade se firma no princípio de que o desenvolvimento das forças produtivas traria a substituição de uma estrutura socioeconômica por outra (escravismo- feudalismo, feudalismo – capitalismo, por exemplo). Mas uma grande preocupação do autor está, em todos os textos relacionados à dualidade, em como acelerar o fim dessa dualidade, para isso era fundamental conhecer bem as estruturas da sociedade brasileira.

Assim, para ele a criação do parque de bens de consumo, bens de produção e sistema bancário nacional significou a “libertação do *status* medieval” da economia (e sociedade) brasileira (Rangel, 2005 b, p. 558). Mas ainda era necessária a organização do capital financeiro nacional para o pleno emprego do parque industrial criado e assim por fim ao pacto de 1930, ou seja, para efetivar a passagem para uma economia capitalista moderna (que passa pela modernização dos serviços de utilidade pública – transportes, comunicação, etc.).

Haveria um longo processo a ser percorrido. Mas já nos anos 1960 o economista em questão demonstrava-se otimista quanto ao final desse percurso: “Contrariamente a outras estruturas subdesenvolvidas do mundo, a dualidade brasileira tem o tropismo do desenvolvimento, não tem outra nostalgia senão a do futuro e do progresso (...). Pode-se prever assim, para um período historicamente curto – algumas dezenas de anos – a liquidação da dualidade básica da economia brasileira” (RANGEL, 2005b, pp.552,553).

Acreditava que com maior participação das massas no pacto de poder teria fim a dualidade básica da economia brasileira. Entretanto, já nos anos 1980, quando escreveu “A história da dualidade brasileira” Rangel demonstrou que a referida participação das massas no poder, como resultado da aproximação dos pólos interno e externo parecia estar bem longe de acontecer, já que a mecanização da agricultura deixava um rastro cada vez maior de desempregados no campo, tal já vinha acontecendo na cidade. Ficou evidenciado que a história não é tão previsível como as leis econômicas poderiam supor.

- **Considerações Finais:**

A perspectiva universalista é a base da análise rangeliana, que mescla princípios filosóficos com teorias da economia política clássica. Uma das suas grandes contribuições está no fato de enxergar a economia enquanto um grande sistema, em que seus diversos setores encontram-se articulados, influenciando-se mutuamente, daí a grande necessidade de planificação da economia apontada por esse economista.

Outra grande contribuição está, indubitavelmente, no caráter político de suas análises, ou seja, na busca de um instrumental teórico prévio e bem articulado, que facilitasse a ação. Mas apesar de ter desenvolvido uma ampla teoria, as suas obras ficaram restritas aos economistas, sendo portanto pouco conhecidas nos meios acadêmicos.

Faz-se necessário conhecer melhor essa teoria que se insere num contexto muito importante para a historiografia brasileira, ou seja, a década de 1950, quando estudiosos de diversas áreas buscavam construir um referencial teórico próprio que pudesse abarcar as especificidades das sociedades latino-americanas.

Assim, para muito além de considerar a teoria da dualidade, e a obra de Rangel em geral, ultrapassada é importante analisá-la no contexto em que emergiu, um momento em que as economias centrais redefinem papéis a serem realizados pelas ditas economias periféricas.

Historicizar a obra de Ignácio Rangel é sem dúvida um ponto de partida para se conhecer parte importante da história brasileira que merece ser revisitada.

- **Referências Bibliográficas:**

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Revisitado**. Trabalho apresentado ao IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2017%20-%20Economia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/O%20Conceito%20Desenvol%20do%20ISEB.pdf

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos; RÊGO, José Marcio. **Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel**. Revista de Economia Política, vol.13, nº 2 (50), abril-junho, 1993.

ESPÍNDOLA; BASTOS. J.E; J.M. Ignácio Rangel e a crise brasileira.In: O Projeto Nacional e a Integração da América do Sul. Revista princípios, 1999, ed nº 76 Disponível em: http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod_not=528

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil** – política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.São Paulo: Hucitec, 1997.

LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. Cia. Editorial Nacional. São Paulo, 1969, 5ª ed.

MANTEGA, G. Teoria da Dependência Revisitada – um balanço crítico. São Paulo, EAESP/FGV/NPP, 1997, relatório de pesquisa nº 27. Disponível em: <http://www.eaesp.fgvsp.br/Interna.aspx?PagId=DLMJMMTJ&ID=18>

RANGEL, Ignácio. **O desenvolvimento econômico no Brasil (1954)**. In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol. pp.39-126.

_____ **Dualidade da básica da economia brasileira (1957)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol., pp.285-354

_____ **A Dinâmica da Dualidade Brasileira (1962)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol.pp.552-566

_____ **Desenvolvimento industrial do Brasil e suas características dominantes (1969)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol.pp.605-622

_____ **Dualidade e “Escravidão Colonial” (1978)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol., pp. 623-635

_____ **A Quarta Dualidade (1980)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol. pp.645-654

_____ **A História da Dualidade Brasileira (1981)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol. pp. 655-685

_____ **Dualidade e Ciclo Longo (1984)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol.pp.697-711